



PLENÁRIO DAS DELIBERAÇÕES		Recebido. Autue-se e inclua em pauta. Em 02/09/2008 * Secretário
PROTOCOLO	<div>ESTADO DE RONDÔNIA Assembleia Legislativa 02 SET 2008 Protocolo <u>394/08</u> Processo <u>371/08</u></div>	PROJETO DE LEI Nº 352/08
	AUTOR DEPUTADO WILBER COIMBRA - PSB	
<p><i>Dispõe sobre a emissão de Notas Fiscais por Laboratórios e Clínicas no âmbito do Estado de Rondônia.</i></p> <p>A ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA DECRETA:</p> <p>Art. 1º É obrigatória, no âmbito do Estado de Rondônia, a emissão de Notas ou Cupons Fiscais por Laboratórios e Clínicas de exames médicos.</p> <p>Parágrafo único. a emissão de recibo não substitui a emissão do documento fiscal disposto no caput deste artigo.</p> <p>Art. 2º O documento fiscal disposto no artigo 1º deverá ser fornecido ao paciente no ato de realização do respectivo exame, sempre que o mesmo seja o responsável pelo pagamento.</p> <p>Art. 3º O descumprimento da presente Lei acarretará ao estabelecimento multa no valor correspondente a 300 (trezentas) Unidades Padrão Fiscal do Estado de Rondônia (UPF/RO), aplicada em dobro, em caso de reincidência, a ser revertida para o órgão definido em Decreto Regulamentador emitido pelo Governo do Estado de Rondônia no prazo de 60 (sessenta) dias da data de publicação desta Lei.</p> <p>Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.</p> <p>JUSTIFICATIVA</p> <p>Eminentes Deputados,</p> <p>O presente Projeto visa garantir aos usuários de exames médicos em clínicas e laboratórios a emissão de Nota Fiscal no ato de pagamento.</p>		



PLENÁRIO DAS DELIBERAÇÕES			
PROTOCOLO		PROJETO DE LEI	Nº
AUTOR DEPUTADO WILBER COIMBRA - PSB			
<p>Apesar de obrigatória, a emissão de notas fiscais muitas vezes é substituída pela emissão de recibo, que, geralmente, não é aceito por convênios médicos para efeito de reembolso.</p> <p>Ao exigir a emissão da Nota ou Cupom Fiscal, o usuário é informado que deverá retirá-la alguns dias depois, por motivos operacionais internos dos estabelecimentos.</p> <p>Tal conduta, além de uma afronta ao direito dos consumidores, obriga o retorno ao laboratório ou clínica em data diversa daquela em que se realizou o exame, o que causa desconforto e despesas de locomoção ao usuário do serviço.</p> <p>Pelo exposto, conto com o apoio de meus pares para aprovação deste importante Projeto de Lei.</p> <p>Plenário das Deliberações, 02 de setembro de 2008.</p> <p> Deputado WILBER COIMBRA – PSB <i>Autor</i></p>			